



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CADERNO 1
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Setor Requisitante:	Secretaria de Engenharia
Responsável:	Louise Costa Ferreira
Autoridade Demandante	Presidência do TRT da 3ª Região
e-mail do responsável	seng@trt3.jus.br
Telefone do responsável:	(31) 3228-7030
Integrante Demandante:	Louise Costa Ferreira
e-mail do Integrante Demandante:	louisecr@trt3.jus.br
Telefone do Integrante Demandante:	(31) 3228-7030

I) APRESENTAÇÃO DA DEMANDA (PROBLEMA A SER SOLUCIONADO)

Atendimento de demanda oriunda da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região para a implantação de um Espaço de Convivência dos Desembargadores, a ser instalado no 10º andar do Edifício Anexo, em área atualmente ocupada por um plenário de menor porte, cuja desativação será necessária.

O espaço terá como finalidade proporcionar local adequado para integração institucional entre os Desembargadores, inclusive para a realização de refeições em conjunto, as quais não serão produzidas no local, inexistindo, portanto, preparo de alimentos no ambiente.

A demanda abrange as seguintes atividades e contratações:

- a) Definição conceitual e funcional do ambiente, conforme diretrizes da Presidência;
- b) Elaboração, análise e aprovação de anteprojetos;
- c) Elaboração de projetos executivos de arquitetura e projetos complementares, incluindo: instalações elétricas; instalações hidrossanitárias; sistema de sonorização ambiente; sistema de condicionamento de ar; soluções de isolamento acústico;
- d) Elaboração de orçamento detalhado, com levantamento de quantitativos;
- e) Elaboração dos documentos da fase preparatória da contratação, incluindo:

- Documento de Formalização da Demanda (DFD);
- Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- Mapa de Riscos;
- Termo de Referência (TR);
- Contratação de empresa de engenharia para execução da reforma;
- Aquisição de eletrodomésticos e mobiliário compatíveis com a destinação do espaço.

II) JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

A presente demanda decorre de solicitação da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, que determinou a adoção das providências necessárias à implantação de um Espaço de Convivência dos Desembargadores, a ser instalado no 10º andar do Edifício Anexo, em área atualmente ocupada por um plenário de menor porte, cuja desativação se mostra necessária (PROADs 46 e 109/2026).

O Tribunal não dispõe, atualmente, de ambiente destinado a essa finalidade, sendo a criação do referido espaço medida que visa à promoção da integração institucional entre os Desembargadores, inclusive para a realização de refeições em conjunto, as quais não serão produzidas no local. Ressalte-se que outros Tribunais Regionais do Trabalho já dispõem de espaços semelhantes, o que reforça a pertinência e razoabilidade da demanda.

Todavia, para a adequação do espaço, atualmente estruturado para o funcionamento de um plenário, será necessária a realização de intervenção integral no ambiente. Essa intervenção abrangerá serviços de demolição e remoção de diversos elementos existentes, tais como mesas dos Desembargadores em pedra, forro mineral, luminárias e demais componentes correlatos. Será igualmente indispensável a construção de área destinada a copa/cozinha, a revitalização das instalações sanitárias existentes, bem como a execução de serviços especializados de marcenaria e outros ajustes necessários à nova funcionalidade pretendida.

Diante da complexidade e da abrangência das intervenções, faz-se imprescindível a elaboração de projetos executivos que contemplem, de forma integrada, os aspectos arquitetônicos e técnicos da reforma, possibilitando, posteriormente, a adequada contratação dos serviços de engenharia para a sua execução.

Os projetos executivos de arquitetura e complementares (elétrico, hidrossanitário e de condicionamento de ar) poderão ser elaborados por servidores integrantes do quadro próprio do Tribunal, em observância ao princípio da eficiência administrativa e com vistas à redução de custos decorrentes de contratações externas.

Entretanto, a execução das obras e dos serviços de engenharia necessários à implementação do projeto executivo não pode ser realizada por meio dos contratos de engenharia atualmente vigentes no âmbito do Tribunal, uma vez que tais instrumentos não contemplam o escopo específico da reforma pretendida, tampouco permitem, por sua natureza e objeto, a absorção das intervenções necessárias no 10º andar do Edifício Anexo.

Dessa forma, a execução da reforma demandará a contratação específica de empresa de engenharia, mediante procedimento próprio, para implementação das soluções definidas nos projetos executivos.

Ressalte-se, ainda, que os serviços serão realizados com o edifício em pleno funcionamento, exigindo planejamento adequado, medidas de mitigação de impactos e observância às condições de segurança. Deverão ser consideradas, igualmente, as melhorias solicitadas no documento 1 do PROAD nº 46/2026, notadamente as soluções de isolamento acústico e as intervenções no sistema de condicionamento de ar, inclusive com reflexos no plenário remanescente.

Conforme indicado no referido documento, mostra-se também indispensável a aquisição de mobiliário e eletrodomésticos compatíveis com a destinação do espaço, a ser conduzida pela unidade administrativa competente.

Dessa forma, resta caracterizada a necessidade de instauração de procedimento específico para a contratação dos serviços de engenharia, bem como para a aquisição dos bens necessários à plena implementação do Espaço de Convivência dos Desembargadores.

A Secretaria de Engenharia dará continuidade ao processo, com a elaboração dos projetos executivos de arquitetura e complementares de instalações elétricas e hidrossanitárias, a elaboração do orçamento de referência e demais documentos relacionados no Item I, necessários à contratação de empresa de engenharia, mediante procedimento de licitação específico.

Por fim, destaca-se que, para a elaboração do projeto executivo de climatização e para a respectiva fiscalização das instalações durante a execução da obra, será necessária a designação, pela Administração, de profissional com formação em Engenharia Mecânica e conhecimentos específicos na matéria.

III) PRAZOS DESEJADOS PARA CONCLUSÃO DOS ESTUDOS E EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Os prazos desejados para a conclusão dos estudos técnicos, elaboração dos projetos executivos, desenvolvimento dos documentos da fase preparatória e

efetivação da contratação deverão ser estabelecidos de modo a viabilizar o cumprimento do cronograma definido no PROAD nº 46/2026, observadas as etapas necessárias à adequada instrução do processo e ao atendimento da legislação vigente.

Os prazos deverão considerar, ainda, a complexidade técnica da demanda, a necessidade de validações institucionais intermediárias, bem como a execução dos serviços em edifício em pleno funcionamento, de forma a assegurar a qualidade, a segurança e a eficiência da contratação.

SERVIÇO: ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA (CRONOGRAMA- PRAZOS ESTIMATIVOS)					
Item	Atividade	Responsável	Data início	Data término	Prazo
01	Definições gerais	SENG	15/12/2025	30/12/2025	15
02	Elaboração e aprovação de anteprojetos	SENG	15/12/2025	30/12/2025	0
03	Elaboração de projeto executivo - Arquitetura	SENG	02/01/2026	30/01/2026	28
04	Elaboração de projeto executivo complementar - Elétrico, ar condicionado, sonorização, hidráulico	SENG / SEGPRES	31/01/2026	28/02/2026	28
05	Elaboração de orçamento dos serviços com levantamentos de quantitativos, DFD, ETP, Mapa de Riscos, TR, dentre outros.	SENG	31/01/2026	17/03/2026	45
06	Fase interna - Análises gerais (DADM, DOF, AJLC, SELC)	(DADM, DOF, AJLC, SELC)	18/03/2026	17/04/2026	30
07	Fase externa - Publicação no Dou - Homologação certame - Emissão de NE - Assinatura do Contrato	SELC, SENG, LICITANTES, AJLC, ETC	18/04/2026	18/05/2026	30
08	Execução dos serviços	Contratada / SENG	19/05/2026	17/08/2026	90

IV) CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A reforma proposta está relacionada ao objetivo estratégico “Promover o trabalho decente e a sustentabilidade”.

V) CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DE COMPRAS

A contratação da execução dos serviços de reforma do espaço não está prevista no Plano de Contratações Anual 2026 (PCA-2026), visto que tal demanda foi concretizada durante o ano corrente.

Será solicitada a inclusão assim que desenvolvidos os projetos executivos e a adequação do orçamento de referência.

VI) CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A contratação também não foi prevista no planejamento orçamentário de 2026, pelas mesmas razões acima expostas. Após o desenvolvimento dos projetos

executivos e do orçamento atualizado, será solicitado o remanejamento de valores de outras contratações com saldo orçamentário disponível.

VII) NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE INTEGRANTES TÉCNICO OU TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

Será necessária a designação de profissional com formação em Engenharia Mecânica para elaboração do projeto executivo de climatização, participação no planejamento da contratação e fiscalização da execução da obra. Como a SENG não dispõe de profissional com esta formação, solicita-se à DADM que, em conjunto com a SEGPRES, realize a indicação.

Não há necessidade de designação de integrante administrativo.

VIII) CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EXISTÊNCIA DE SOLUÇÃO PREDETERMINADA

Os serviços a serem contratados são específicos para a reforma do ambiente localizado no Edifício Anexo 265, inexistindo solução padronizada ou previamente definida aplicável ao caso.

IX) CONSIDERAÇÕES DO DECISOR SOBRE A AVALIAÇÃO DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Considerando a inexistência de contrato vigente no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região que contemple, de forma adequada e suficiente, os serviços de engenharia necessários à intervenção pretendida, bem como a especificidade e a complexidade das adaptações a serem realizadas, conclui-se que a alternativa legalmente viável e tecnicamente adequada consiste na contratação de empresa especializada, mediante regular processo licitatório, para a execução da reforma do ambiente localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 265, 10º andar, em Belo Horizonte/MG.

Tal solução permitirá a implementação das intervenções definidas nos projetos executivos, assegurando a entrega do Espaço de Convivência dos Desembargadores conforme as necessidades institucionais, os parâmetros técnicos estabelecidos e a legislação aplicável.

X) ASSINATURA DO DECISOR:**Assinatura:**

Nome:	<hr/>
	Louise Costa Ferreira
Cargo:	<hr/>
	Secretária de Engenharia
	<hr/>

CADERNO 2
INDICAÇÃO DOS INTEGRANTES TÉCNICO E ADMINISTRATIVO - EPC

Integrante Técnico:	A ser indicado pela DADM/SEGPRES.
e-mail do Integrante Técnico:	A ser indicado pela DADM/SEGPRES.
Telefone do Integrante Técnico:	A ser indicado pela DADM/SEGPRES.
Integrante Administrativo:	Não será indicado.
e-mail do Integrante Administrativo:	Não será indicado.
Telefone do Integrante Administrativo:	Não será indicado.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA INDICAÇÃO:

Assinatura:

Nome:

Cargo:

CIÊNCIA DO INTEGRANTE TÉCNICO:

Assinatura:

CIÊNCIA DO INTEGRANTE ADMINISTRATIVO:

Assinatura: